



# ESPECIAL #AFAGRO20ANOS

*Duas décadas de história e luta pela valorização dos  
fiscais estaduais agropecuários do RS*





# ESPECIAL

# #AFAGRO20ANOS

*Duas décadas de história e luta pela valorização dos  
fiscais estaduais agropecuários do RS*

Copyright © 2023 Afagro.

Associação dos Fiscais Agropecuários do RS (Afagro)

Gestão 2022/2023

**Entrevistas, redação e revisão:**

Bruna Karpinski

**Projeto gráfico e editoração:**

Niura Fernanda

**Imagens da capa:**

Arquivo pessoal/Paulo Cesar Coelho Olovate (foto 1),  
Arquivo/Afagro (foto 2), Fernando Dias/Seapi (foto 3)

**Tiragem:** 500 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Karpinski, Bruna (Org.)

Especial #AFAGRO20ANOS: duas décadas de história e luta pela valorização dos fiscais estaduais agropecuários do RS. Organização: Bruna Karpinski. Porto Alegre: AFAGRO, 2023.

64 p.

ISBN: 978-65-982049-0-7

1. Entidade de classe. 2. Associação de classe. 3. Fiscal agropecuário.  
4. Rio Grande do Sul. I. Karpinski, Bruna (Org.). II. Título

CDU 331.105.44(816.5)

---

Bibliotecária Responsável: Irma Carina Brum Macolmes (CRB 10/1393)



# ESPECIAL #AFAGRO20ANOS

*Duas décadas de história e luta pela valorização dos  
fiscais estaduais agropecuários do RS*

**BRUNA KARPINSKI**  
ORGANIZADORA

**PORTO ALEGRE, 2023**

# SUMÁRIO

**PREFÁCIO** **7**

## **INTRODUÇÃO**

Especial #Afgro20anos resgata  
história e lutas da categoria **9**

## **CAPÍTULO 1**

Afgro nasceu de fusão  
entre Amvesa e Afiergs **11**

## **CAPÍTULO 2**

A história das barreiras de  
Vacaria e a primeira conquista **15**

## **CAPÍTULO 3**

Primeira grande mobilização  
foi pela criação do cargo **19**

## **CAPÍTULO 4**

Dois marcos históricos:  
gratificação e criação do cargo **22**

## **CAPÍTULO 5**

Categoria protagonizou mobilização de servidores na Expointer 2015

**29**

## **CAPÍTULO 6**

Luta contra a terceirização reduziu impacto do projeto na inspeção

**34**

## **CAPÍTULO 7**

Fiscais estaduais agropecuários participaram de greve histórica no RS

**42**

## **CAPÍTULO 8**

Avanços recentes do setor não trouxeram valorização da categoria

**48**

## **CAPÍTULO 9**

Risco de vida faz parte do dia a dia dos fiscais estaduais agropecuários

**55**

## **LOGOS DA ASSOCIAÇÃO**

**62**



# PREFÁCIO



A ideia de publicar este livro surgiu a partir de uma série de entrevistas e reportagens criada em comemoração às duas décadas de fundação da Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro). Primeiro, nasceu o Especial #Afagro20anos – textos publicados mensalmente no site da associação ao longo de 2023. Ao final deste percurso, consolidamos o material para a versão impressa. O objetivo desta publicação é registrar o histórico de lutas da categoria.

Foi um trabalho de 15 meses, iniciado em setembro de 2022 e concluído em dezembro de 2023. Ao longo deste período, foram entrevistadas mais de 30 fontes, entre aposentados e servidores da ativa. Algumas não aparecem nominalmente no livro, mas todas contribuíram imensamente para o resgate da história da associação. Para a apuração e checagem das informações, também foram consultados documentos que estão no arquivo da Afagro.

Este livro foi escrito com muito carinho por alguém que admira e acredita no trabalho dos fiscais agropecuários. Durante os últimos cinco anos (2019 a 2023), tive a satisfação de acompanhar a história recente de perto – ou seja, vivenciei junto 1/4 destas duas décadas de luta. Agradeço a oportuni-



dade de conviver e aprender com vocês sobre a importância do serviço público para a vida das pessoas. Tenho orgulho do trabalho que construímos juntas e juntos. Obrigada pela parceria.

*Bruna Karpinski,  
jornalista, mestra em Desenvolvimento Rural,  
assessora de comunicação da Afagro*

## INTRODUÇÃO

---

# ESPECIAL #AFAGRO20ANOS RESGATA HISTÓRIA E LUTAS DA CATEGORIA



No ano em que completou duas décadas, a Afagro apresentou uma série especial de entrevistas e reportagens que contam a história da associação. A intenção foi resgatar os fatos marcantes e episódios vivenciados nestes 20 anos de luta por valorização e melhores condições de trabalho para a categoria dos fiscais estaduais agropecuários. O Especial #Afagro20anos aborda os principais acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento do setor e da fiscalização agropecuária.

“São décadas de trabalho de colegas que, lá atrás, se uniram em busca de reconhecimento. Oficialmente, essa organização iniciou há 20 anos, com a fundação da Afagro, graças ao trabalho de defesa desenvolvido anteriormente pelos colegas que na década de 1980 criaram a Amvesa e a Afiergs. Com este especial, queremos mostrar alguns destes feitos que merecem todo o nosso reconhecimento”, comenta o presidente da Afagro, Richard Alves.



Fátima Miranda D'Avila Pereira, que já foi vice-presidente e atualmente é primeira secretária da associação, ressalta que ter o conhecimento histórico das conquistas e dos avanços da categoria é muito importante para entender o papel da Afagro. "Através desta série especial, poderemos mostrar os anos de luta e de persistência dos colegas, que inclusive precederam a criação da associação e do cargo de fiscal. A atuação determinada dos servidores da defesa agropecuária foi fundamental para a obtenção de duas grandes vitórias: a implementação da GDEFA e a criação do cargo de fiscal estadual agropecuário", lembra Fátima.

Para resgatar essas memórias, a associação contou com depoimentos de servidores da ativa e aposentados, muitos sócios-fundadores da Afagro.



# AFAGRO NASCEU DE FUSÃO ENTRE AMVESA E AFIERGS

A união de esforços para lutar pela criação do cargo de fiscal estadual agropecuário e do quadro impulsionou uma mobilização que, em 2003, resultou na fundação da Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro). As articulações começaram entre os anos de 2000 e 2002, após ideia que surgiu em reunião da área vegetal em Cruz Alta.

O diálogo entre servidores de formações distintas, porém com atribuições de fiscalização semelhantes, gerou uma aproximação entre duas entidades já existentes: a Associação dos Médicos Veterinários da Secretaria da Agricultura (Amvesa) e a Associação dos Fiscais do Rio Grande do Sul (Afiergs), que representava os engenheiros agrônomos que atuavam na fiscalização.

As duas associações precursoras da Afagro foram fundadas entre 1985 e 1988. “Havia uma cisão bem grande entre agrônomos e veterinários. A aproximação foi, inicialmente, para unir forças, não necessariamente para fundir as duas



associações”, lembra o engenheiro agrônomo Cláudio Santa Catarina, um dos sócios-fundadores da Afagro, sobre o cenário da época.

## **ANTECESSORAS FORAM O EMBRIÃO**

A Amvesa tinha um caráter reivindicativo e, ao mesmo tempo, social – a associação era um ponto de referência e encontros entre os servidores da categoria durante a Expointer, por exemplo.

Já a Afiergs tinha um foco classista e se dedicava exclusivamente aos aspectos funcionais – foi idealizadora e autora do primeiro projeto de criação do cargo e do quadro de fiscal estadual agropecuário.

O médico veterinário Fanfa Fagundes Barboza, que foi o primeiro presidente da Afagro e presidiu a Amvesa, reconhece a importância da mobilização feita na época pelos colegas engenheiros agrônomos. “Foram os primeiros movimentos que fizeram antagonismo ao governo”, recorda Fanfa.

Ambas as associações estavam inativas quando os servidores decidiram retomar os trabalhos e deixar tudo certo na parte documental para, então, no ano seguinte, fazer a fusão das duas e criar a Afagro.



Camiseta antiga da associação com o segundo logo



## FUNÇÃO DE ESTADO

Fanfa, que na época residia e trabalhava em Santa Maria, fez 22 viagens a Porto Alegre só no ano de 2003 em razão da criação da associação. Toda esta movimentação ocorreu no início do governo Germano Rigotto (2003 – 2006). O secretário da Agricultura era Odacir Klein.

O servidor aposentado lembra a importância da atuação da colega Flavia Muradas Bulhões, engenheira florestal, nos trâmites burocráticos junto ao cartório. Isto porque o pai de Flavia, o advogado Abade Pereira Bulhões (*in memoriam*), foi fundamental neste processo.

“Ele nos auxiliou na elaboração do estatuto da Afagro. Também informou que a função de fiscal era uma função de



Estado e que havia diferença em relação às demais funções dos técnicos-científicos”, lembra Flavia, que atuou na Secretaria da Agricultura de 1998 a 2006 e atualmente é servidora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

Flavia recorda, ainda, que o pai indicou o colega advogado Osvaldo Peruffo (*in memoriam*), para ajudar com argumentos na defesa da criação do cargo. Ambos não cobraram nada pelos serviços realizados.

## CAPÍTULO 2



# A HISTÓRIA DAS BARREIRAS DE VACARIA E A PRIMEIRA CONQUISTA

No governo Germano Rigotto (2003-2006), os fiscais estaduais agropecuários protagonizaram uma grande mobilização por direitos no Interior do Estado. “As barreiras de Vacaria”, como ficou conhecido o movimento, reivindicavam hora extra e adicional noturno, lembra o engenheiro agrônomo Luiz Augusto Petry, na época vice-presidente da Afagro. O servidor aposentado recorda que os colegas que atuavam nos postos de divisas trabalhavam 24 horas por dia, de segunda a segunda, e não recebiam nenhum centavo a mais.

Por ser a rota dos caminhões vindos da Serra, o posto de divisa de Vacaria concentra uma boa parte da fiscalização de maçã, uva e vinho. E era neste local que os fiscais coletavam amostras e faziam a emissão das Permissões de Trânsito Vegetal (PTV). Devido à falta de reconhecimento, precarização e sobrecarga, os servidores decidiram fazer operação padrão – trabalhar de segunda a sexta-feira, em horário comercial, sem sábados, domingos e plantões à noite – que durou cerca de um mês.



A mobilização ocorreu em maio e abril de 2004, em todos os postos de divisa do Estado, com mais força em Vacaria. “A Secretaria da Agricultura foi pressionada pelos empresários, que queriam que os fiscais estivessem no posto de Vacaria 24 horas por dia”, lembra Petry. Em razão disso, a secretaria resolveu afastar os fiscais e convocar os técnicos da Emater para emitir as PTV nos postos de divisa.

Mas a legislação federal vigente na época (IN nº 11/2000, do Ministério da Agricultura) já previa que somente engenheiros agrônomos ou florestais, pertencentes aos organismos estaduais de defesa vegetal, que exerçam função de fiscalização, poderiam emitir o documento. O texto deixava claro que a emissão não poderia ser delegada a organismo estadual que atue na área de assistência técnica ou extensão rural. Ou seja, os colegas da Emater não poderiam executar a tarefa.

A Afagro comunicou a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) sobre o que estava ocorrendo. Os colegas do estado vizinho foram parceiros de luta e começaram a rechaçar todas as cargas que chegavam com a PTV sem assinatura de fiscais. Petry lembra que a Polícia Rodoviária Federal entrou em contato com as empresas, através de emissoras de rádio, orientando a não liberarem mais caminhões, porque já havia centenas de veículos com carga parados em fila na BR 116.

Segundo notícia publicada pelo jornal O Pioneiro, mais de 50 toneladas de maçã saíam de Vacaria nos finais de semana.

Fruticultura / Safra

# Cargas de maçãs paradas

Dezenas de caminhões carregados ficaram impedidos de prosseguir viagem na sexta-feira, em Vacaria

**V**acaria — Dezenas de caminhões carregados de maçãs com destino ao Sudeste do país e ao mercado externo ficaram impedidos de prosseguir viagem durante a tarde de sexta-feira, em Vacaria. A situação foi causada pelo fechamento do posto de fiscalização agropecuária ao meio-dia, o que consequentemente suspendeu as emissões de Permissões de Trânsito Vegetal, aval obrigatório para que as frutas possam transportar a carga para o seu destino. Os fiscais agropecuários vinculados à Secretaria Estadual de Agricultura, alegam que, por não estarem recebendo hora-extra do governo do Estado, optaram por descontinuar o horário de serviço o tempo gasto com deslocamento até suas residências.

O atendimento apenas será retomado por eles na segunda-feira, a partir das 13h30min.

A situação só não se agravou porque o secretário estadual de Agricultura, Odacir Klein, no fim da tarde de sexta-feira, autorizou que engenheiros e agrônomos da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acarar) e Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS) emitem os documentos.

**Problema foi causado pelo fechamento do posto de fiscalização agropecuária**

Para este serviço secretaria um grande prejuízo para a economia do Estado. Esta era uma necessidade urgente e não poderíamos ficar omissos”, declarou Klein.

O fechamento do posto nos finais de semana já estava sendo feito desde o mês passado, prejudicando a entrega das maçãs nos portos e nos grandes centros nas manhãs das segundas-feiras, quando as Centrais de Abastecimento do país recebem as cargas para o fornecimento na semana. Mais de 50 toneladas da fruta saem

de Vacaria nos finais de semanas.

Os comerciantes precisam do produto. Se não conseguirmos entregar nossa fruta na segunda, os produtores de Santa Catarina conseguem e, assim, perdemos mercado”, explica o engenheiro agrônomo da Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã (Agapomi), Márcio Bueno.

A emissão dos documentos pelos engenheiros da Acasar e Emater já deveria estar normalizada na noite da sexta-feira. Dois profissionais foram deslocados de Porto Alegre para ajudar no atendimento que será feito durante o fim-de-semana, e retornado pelos funcionários do posto na tarde de segunda-feira. Nenhum fiscal do posto foi localizado sexta-

**Entenda o caso**

■ Em protesto contra a falta do pagamento de horas-extras pelo governo estadual, os fiscais agropecuários deixaram os escritórios das empresas produtoras de maçã no dia 22 de março avisando que a emissão de Permissões de Trânsito Vegetal seria feita apenas nos horários formais do serviço público, descontinuando ainda o período de deslocamento dos servidores.

■ No atendimento passou a ser feito das 18h30min às 18h na segunda-feira, das 8h30min às 18h de terça a quinta-feira, e das 8h30min às 12h de sexta-feira. Até essas datas, o atendimento na segunda e

sextas-feiras estava sendo iniciado às 8h30min e terminado às 18h.

■ Na quarta-feira, o secretário de agricultura de Vacaria, João Ernani Duarte e chefe do escritório regional da Emater, Eduardo Petry, tiveram uma audiência com o secretário estadual de Agricultura, Odacir Klein, que prometeu reverter a situação durante a semana seguinte.

■ No final da tarde de sexta-feira, o secretário estadual autorizou que os engenheiros agrônomos da Acasar e Emater também emitem o documento que permite o trânsito das caminhões transportadoras de maçãs nos finais de semana.

Jornal O Pioneiro, de Caxias do Sul, noticiou a mobilização

O engenheiro florestal Paulo Cesar Coelho Olovate lembra que a portaria liberando os técnicos da Emater a emitirem as PTVs vigorou por menos de 24 horas. Em função do grande impacto e repercussão, o secretário da Agricultura, Odacir Klein, chamou a diretoria da Afagro para informar que aceitava a proposta e que o Estado iria pagar as horas extras e adicional noturno, em caráter de excepcionalidade. “Essa conquista foi possível por causa da força e da mobilização que a gente tinha na época”, enfatiza Olovate.

“Aos poucos o nosso serviço foi se tornando mais público e conhecido. O pretexto de tudo isso era criar uma gratificação, não só o cargo de fiscal, para que a gente melhorasse o nosso salário”, relembra Petry.



## **CASO DE JOIA TAMBÉM MARCOU A FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA**

Nos anos 2000 e 2001, um pouco antes da criação da Afagro, o caso de Joia também foi emblemático para o serviço oficial do Estado. O Rio Grande do Sul não registrava casos da doença desde o início dos anos 1980. A situação vivenciada naquele momento marcou profundamente e evidenciou a importância da fiscalização para a defesa agropecuária.

Só em Joia, foram abatidos 11.087 animais. Foi nesta época que o serviço oficial começou a trabalhar mais fortemente com barreiras de fronteira. Em 2019, contamos essa história em maior detalhe no especial #AfagroEmAção. O entrevistado foi o fiscal estadual agropecuário Wilson Hoffmeister, que recorda a repercussão e comoção do caso de Joia.

“Esses dois eventos (Joia e Vacaria) foram semente, porque despertaram em nós o amor próprio e fizeram com que nascesse a Afagro”, relembra o médico veterinário Fanfa Fagundes Barboza, que foi o primeiro presidente da Afagro.

## CAPÍTULO 3

---



# PRIMEIRA GRANDE MOBILIZAÇÃO FOI PELA CRIAÇÃO DO CARGO

No dia 6 de abril de 2005, foi realizada uma das primeiras grandes mobilizações da categoria, marcando o início da luta pela criação do cargo de fiscais estaduais agropecuários e do quadro, que até hoje não saiu do papel. Os servidores se uniram e permaneceram mobilizados durante três dias para reivindicar, também, por melhorias nas condições de trabalho.

O ato reuniu cerca de 150 servidores da Capital e do interior. Na época, a camiseta da Afagro era branca e no logo predominava a cor vermelha, como mostra a foto. “Fizemos as camisetas especialmente para esta manifestação. Foi um número bem expressivo de participantes, pois até faltou camiseta”, lembra o engenheiro florestal Paulo Cesar Coelho Olovate, de Porto Alegre.

Nas fotos de arquivo é possível observar que algumas reivindicações estavam ligadas a pautas da área vegetal, com chamadas relacionadas à manutenção do Rio Grande do Sul como zona livre de *cydia pomonella* e à qualidade do vinho



Fotos: Arquivo pessoal/Paulo Cesar Coelho Olovate



Fiscais estaduais agropecuários mobilizados com a primeira camiseta da associação

gaúcho. O engenheiro agrônomo Cláudio Santa Catarina, de Erechim, recorda que, naquele momento, o enfrentamento mais imediato era da área vegetal em função do não pagamento das horas extras no posto de divisa de Vacaria.

Neste mesmo ano, foi lançado edital do último concurso que foi realizado com a nomenclatura antiga para as vagas ocupadas por engenheiros agrônomos e médicos veterinários na Secretaria da Agricultura. Isto porque o cargo de fiscal estadual agropecuário foi criado alguns anos depois, em 2012, e contemplado no edital do próximo concurso, em 2013.



Reivindicações estavam ligadas a pautas da área vegetal





## CAPÍTULO 4

### DOIS MARCOS HISTÓRICOS: GRATIFICAÇÃO E CRIAÇÃO DO CARGO

Em 2010 e 2012, ocorreram dois fatos importantes na história de luta da categoria: a criação da gratificação<sup>1</sup> e a criação do cargo de fiscal estadual agropecuário. E quem vai recordar sobre estas duas grandes conquistas é o engenheiro agrônomo Fernando Thiesen Turna, de Santa Maria. O servidor foi presidente da Afagro por duas gestões (2009 a 2013).

Turna lembra que esta possibilidade surgiu a partir de particularidades do trabalho realizado pela área vegetal nos postos fiscais de divisa, onde os turnos de trabalho se estendiam a noite, fins de semana e feriados, motivo pelo qual os agrônomos recebiam horas extras. “Mas era uma burocracia para receber, e o setor da maçã queria que o posto de divisa de Vacaria ficasse aberto 24h”, relata.

O primeiro passo foi dado em 2006, quando o Departamento de Produção Vegetal (DPV) solicitou parecer à Pro-

---

<sup>1</sup> Inicialmente chamada de Gratificação de Desempenho de Função Especial e, em 2012, renomeada para Gratificação de Estímulo à Defesa e ao Fomento Agropecuário (GDEFA).



curadoria-Geral do Estado (PGE), que foi favorável à concessão de uma gratificação. Conforme conclusão do parecer 14.432/2006, “a gratificação que pode ser criada com base no artigo 100, inciso XI, da Lei Complementar nº 10.098/94, está ligada à natureza especial do trabalho e há de ser concedida a servidores específicos: àqueles que exercem as atividades especiais de defesa sanitária”. O documento dizia que a gratificação, “destinada aos servidores que exercem as funções de defesa sanitária a cargo do DPV”, poderia ser de até 100%, mas que o percentual “fica a critério da conveniência do Administrador”.

Com base neste parecer, em outubro de 2009, Turna foi conversar com o secretário da Agricultura, que na época era João Carlos Machado. Nesta conversa, foi solicitada a inclusão dos médicos veterinários e dos técnicos agrícolas no pedido de gratificação. “O secretário reconheceu o trabalho diferenciado e o merecimento da categoria”, recorda o servidor. Com base no parecer da PGE, chegou-se a um acordo com a direção da secretaria de que a gratificação solicitada seria de 60% em relação ao salário base.

Em contrapartida, o secretário pediu o apoio da Afagro para convencer os diretores da importância de juntar efetivamente os departamentos de Produção Animal (DPA) e Vegetal (DPV), na época liderados pelos colegas Claudio Dalgoberto Lucas Bueno e Luiz Augusto Petry, respectivamente, ambos associados da Afagro. A ideia era tirar do papel o Departamento de Defesa Agropecuária (DDA), criado em 2008 por decreto da governadora.



Foto: Arquivo pessoal/Fernando Turna



Assembleia da Afagro no auditório da antiga Fepagro

## NEGOCIAÇÃO AVANÇOU RÁPIDO

Em janeiro de 2010, o titular da pasta chamou Turna e disse que era necessário convencer a governadora Yeda Crusius (2007-2010) o mais breve possível, pois naquele ano haveria eleição. Portanto, o prazo para enviar o projeto para a Assembleia Legislativa era curto. Foi quando surgiu a ideia de chamar representantes das cadeias produtivas para solicitar apoio ao pleito. “Todas as cadeias apoiaram a criação da gratificação”, lembra o agrônomo.

Nesta negociação, a Afagro contou com o apoio do deputado federal Luis Carlos Heinze. O parlamentar acolheu a demanda da categoria e, em março de 2010, de Brasília, enviou ofício com o pedido de gratificação para os secretários da Agricultura, do Planejamento e Gestão e da Fazenda, para



o chefe da Casa Civil, para a procuradora-geral do Estado e para a governadora Yeda Crusius. “O negócio tomou corpo e foi para a Casa Civil”, lembra Turna.

Ainda em março, o governo do Estado protocolou em regime de urgência o Projeto de Lei (PL) 65/2010, propondo a criação da Gratificação de Desempenho de Função Especial para os servidores lotados na Secretaria Agricultura que desempenhassem suas atividades funcionais, exclusivamente, no Departamento de Defesa Agropecuária.

Na justificativa do PL, constava: “A atividade de fiscalização referida assegura ao Estado proteção em saúde pública, manutenção do status sanitário animal e vegetal, garantindo níveis satisfatórios de desenvolvimento social e acesso a mercados internos e externos de produtos agropecuários”. Aprovada em abril de 2010, a proposta deu origem à Lei 13.439/2010 que criou a Gratificação de Desempenho de Função Especial.

Conforme Turna, esta gratificação foi concedida porque o governo da época reconheceu a importância da atividade desenvolvida pelos fiscais. “A categoria precisava trabalhar à noite, fins de semana e feriados. O governo reconheceu esse trabalho diferenciado”, avalia o ex-presidente da Afagro.

## **CRIAÇÃO DO CARGO EXIGIU UMA DEZENA DE REUNIÕES**

Conquistada a gratificação, o próximo passo era conseguir o quadro da Secretaria da Agricultura e o cargo de fiscal



estadual agropecuário e agente fiscal para os técnicos agrícolas – na época, a Afagro também representava a categoria de nível médio. A negociação começou no governo Yeda e teve desfecho no governo Tarso Genro (2011-2014).

Entre o final de 2011 e início de 2012, a diretora da Afagro, Fátima Miranda Pereira, e Turna participaram de onze reuniões – dez na Casa Civil e uma na Secretaria de Administração. “Estava bem encaminhado”, recorda Turna. O servidor lembra que estavam em uma reunião quando a chefe da Casa Civil recebeu uma ligação de um deputado federal informando que os técnicos agrícolas não queriam fazer parte do quadro da Secretaria da Agricultura.

“A partir do momento que os técnicos agrícolas optaram por não fazer parte do quadro, e por não termos uma proposta só nossa, aí sobrou a luta pela criação do cargo para engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, médicos veterinários e zootecnistas. No último momento, a Casa Civil vetou os zootecnistas”, lembra Turna. A luta pela criação do quadro dos fiscais estaduais agropecuários permanece até hoje.

A Lei n.º 14.021, de 25 de junho de 2012, que criou o cargo de fiscal estadual agropecuário, reconheceu a importância da atividade exercida por servidores com formação em Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária. A legislação diz que a categoria deve exercer atividades exclusivamente dentro do DDA. Por este motivo,



a mesma legislação criou o cargo de técnico superior agropecuário e florestal, renomeado posteriormente para analista agropecuário florestal, para ter transversalidade no Estado.

Até então, a ausência de um cargo com atribuição específica para a fiscalização agropecuária gerava questionamentos sobre a legitimidade dos atos administrativos sancionatórios aplicados pelos servidores. A criação do cargo de fiscal estadual agropecuário fortaleceu a atividade e legitimou a responsabilidade da defesa sanitária animal e vegetal.

Fátima recorda sobre a experiência em relação a esta negociação. “Foi um momento de muito aprendizado, paciência e articulação. Tínhamos espaço e atenção do governo para discutir as demandas da categoria. Foi um período de avanços significativos, isso mantinha os servidores motivados”, lembra.

A dirigente ressalta que a decisão de contratar a assessoria jurídica do advogado Almiro do Couto e Silva foi determinante. “Ele era professor de direito da Ufgrs e muito conceituado. Também foi Procurador do Estado do Rio Grande do Sul e jurista”, conta.

## CURIOSIDADES

- Nesta época, a Afagro participou da fundação da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (Unafa), sendo membro fundador.
- Em 2013/2014 foi realizado o primeiro concurso para a vaga de fiscal estadual agropecuário. Até então, nos



certames anteriores, as oportunidades ofertadas eram para os cargos de médico veterinário, engenheiro agrônomo e florestal.

- Em 2014, foi criado o Dia do Fiscal Estadual Agropecuário. A data foi instituída pela Assembleia Legislativa do RS, por meio da Lei 14.586 de 31 de julho de 2014. A proposta surgiu por meio do Projeto de Lei (PL) 386/2013, de autoria do deputado Valdeci Oliveira.



# CATEGORIA PROTAGONIZOU MOBILIZAÇÃO DE SERVIDORES NA EXPOINTER 2015

Após construção e luta coletiva dos fiscais estaduais agropecuários que, com o apoio das chefias, resultaram na conquista da gratificação e da criação do cargo, em 2015 teve início o período mais conturbado da história da categoria e do funcionalismo estadual. Com a mudança de governo, a política passou a ser de ataque aos trabalhadores e de precarização dos serviços públicos, cenário que perdura até hoje. Assim como servidores de outras secretarias, os fiscais estaduais agropecuários passaram a enfrentar dificuldades.

Em julho do primeiro ano de gestão, o governador José Ivo Sartori (2015-2018) começou a atrasar e parcelar os salários. “Isso culminou em uma grande mobilização dos servidores públicos do Poder Executivo, com protagonismo dos fiscais estaduais agropecuários, contra o parcelamento dos salários. Trabalhar e não receber é algo assustador e impossível de conceber”, lembra o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros, que na época estava à frente da Afagro.



Foto: Arquivo Afagro

Fiscais estaduais agropecuários mobilizados na Expointer contra o parcelamento e atraso dos salários

No final de agosto e início de setembro, durante a Expointer de 2015, os servidores estaduais realizaram atos que ficaram marcados na história não só da associação, como do movimento sindical. Foi quando a Afagro passou a integrar a Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP). Junto com trabalhadores de outras categorias da Secretaria da Agricultura, como os técnicos agrícolas, e de outras áreas do Poder Executivo, como Educação e Segurança, os fiscais estaduais agropecuários fizeram diversas manifestações ao longo de toda a semana da exposição.

## **PROTESTOS REPERCUTIRAM NA IMPRENSA**

O calendário de mobilização contou com paralisação das atividades por um turno, bloqueio da saída de animais



do parque e churrasco de pés de galinha, simbolizando o efeito dos salários atrasados. Na sexta-feira, dia do desfile dos grandes campeões, os servidores realizaram um grande ato que teve ampla repercussão na imprensa gaúcha. Os trabalhadores deram as costas para o governador durante o tradicional pronunciamento de inauguração da feira.

Também foi realizado o protesto que ficou conhecido como o “baile dos servidores públicos”, em alusão à dança de Sartori com a primeira-dama dias antes, no parque. “Simbolicamente, fizemos o baile dos servidores públicos que estavam sem receber os seus salários. O governador dançou e a gente também, para mostrar que a situação era gravíssima”, ressalta Medeiros. O dirigente sublinha que trabalhar sem receber foi uma situação pela qual os trabalhadores do setor público do RS nunca tinham passado.

Para manifestar o descontentamento, os servidores fizeram uma faixa com um cheque gigante de R\$ 600 reais



Foto: Arquivo Alago

Servidores fizeram um cheque simbolizando a parcela do salário que haviam recebido



– valor da primeira parcela do salário pago naquela semana pelo governo. Toda esta mobilização foi decidida coletivamente em assembleias realizadas durante a feira. “Foi um movimento necessário em um momento que não estávamos recebendo os salários”, afirma Medeiros.

Por meio de uma grande mobilização e a partir do centralismo do trabalho na Expointer, os fiscais estaduais agropecuários mostraram a importância da categoria para o Estado. “Denunciamos o arrocho do governo Sartori com os servidores públicos. A partir daí, a Afagro teve um reconhecimento dentro do movimento sindical e associativo como não se tinha até então. Foi um cenário negativo que mostrou a força da fiscalização agropecuária”, opina.

## MUDANÇA COMPLETA DE CENÁRIO

Se até o final do governo Tarso Genro (2011-2014) existia um ambiente político favorável às negociações, a partir de 2015 a situação mudou. O parcelamento dos salários durou mais de cinco anos: atravessou todo o governo Sartori e se estendeu até novembro de 2020, metade da gestão de Eduardo Leite. Foram 57 intermináveis meses de parcelamentos e atrasos. “Dali em diante, foi uma catástrofe para os servidores. É importante a categoria entender que as negociações, tanto da associação quanto dos sindicatos, não avançaram mais desde então”, ressalta Medeiros.

De 2015 para cá, os governos investiram fortemente na política de extermínio dos trabalhadores do serviço público.



Além dos atrasos e parcelamentos dos salários, os servidores começaram a amargar a falta de reposição e perdas no poder de compra que, nove anos depois, passam de 60%. “É uma política de governo que consiste no estrangulamento dos servidores públicos”, define Medeiros, que presidiu a Afagro por duas gestões (2013 a 2015 e 2017 a 2019).

“As carreiras que tiveram avanços, foram sem ganhos de vencimento. É um período difícil para o movimento sindical de servidores como um todo. E isso está relacionado à conjuntura dos últimos três governos de Sartori e Eduardo Leite. Há esse imaginário de que outras categorias avançaram. Mas a verdade é que ninguém mais avançou e estamos sendo atacados desde então”, registra o dirigente.

Medeiros ressalta que os servidores da segurança pública tiveram avanços aprovados no final do governo Tarso, com pagamentos que foram parcelados até o governo Sartori. Lembra que algumas categorias inclusive perderam direitos e menciona o confisco dos aposentados no início do governo Eduardo Leite.



## CAPÍTULO 6

### LUTA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO REDUZIU IMPACTO DO PROJETO NA INSPEÇÃO

A possibilidade de terceirização da inspeção no Rio Grande do Sul promoveu grande mobilização da categoria em 2017. A proposta foi elaborada pela Secretaria da Agricultura na gestão do governador José Ivo Sartori (2015-2018). O projeto protocolado na Assembleia Legislativa previa a privatização de todas as atividades e áreas da inspeção sanitária de produtos de origem animal. Além de precarizar a carreira dos servidores públicos, a terceirização de atribuições que são responsabilidade do Estado impacta na qualidade dos serviços prestados à população.

Na tentativa de fazer o processo avançar, foi contratada uma consultoria, em tese, independente. “Sabíamos que o objetivo era dizer que o Estado não tinha condições de manter as atividades de inspeção e que a melhor alternativa seria a terceirização, chamada por eles de modernização”, recorda Angela Antunes, que assumiu a presidência da Afagro no final de 2015.



Categoria mobilizada contra o projeto da terceirização

Atualmente diretora do Sintergs, Angela lembra que foi um período bastante complicado. “Uma das grandes preocupações da associação era que a terceirização de uma atividade poderia abrir a porta para a privatização das demais”, relembra. Na época, a Afagro alertou muito os colegas sobre a importância da luta pela manutenção das atribuições dos fiscais agropecuários. “É fundamental defender o serviço, porque defender o serviço é defender a categoria. E nenhuma categoria defende a sua própria terceirização e a sua própria privatização”, afirma.

Um dos argumentos do governo para a aprovação do projeto era a falta de fiscais. “A nossa luta sempre foi para que ocorressem concursos públicos com maior frequência, para que sempre houvesse fiscais agropecuários em todas as





atividades, tanto na área animal quanto na vegetal, na inspeção ou na defesa”, ressalta Angela. A servidora enfatiza que, a partir do momento em que se pensa em terceirizar uma atividade, inevitavelmente isso impacta na realização de novos concursos públicos.

“Perder atribuição é péssimo. Além do impacto na prestação de serviço público, a gente perde poder de barganha. Nenhuma categoria pode aceitar perder atribuições”, diz Antonio Augusto Medeiros, que já foi presidente da Afagro e hoje preside o Sintergs.

## **BATALHA TEVE APOIO DE OUTRAS CATEGORIAS**

A partir daí, começou a batalha da associação no combate à terceirização da inspeção, em defesa das atribuições da categoria e da saúde da população. “Um dos papéis do fiscal é defender a saúde pública”, frisa Angela. A dirigente recorda que o governo fez uma série de manobras, inclusive semânticas, separando o que era fiscalização e inspeção. O projeto, que saiu da Secretaria da Agricultura, foi enviado pela Casa Civil para a Assembleia Legislativa em regime de urgência – estratégia utilizada pelo governo para que uma proposta não seja discutida nas comissões e nem junto à população.

Na época, o governo Sartori tentou dividir a categoria hierarquizando atividades, como se algumas fossem mais importantes do que outras, tentando gerar um conflito entre as áreas animal e vegetal e entre a inspeção e a defesa. Inclusive, dando a entender que, com isto, seria possível a



valorização das atividades e dos servidores, o contrário do que temos visto. “Todas as atividades executadas pela defesa agropecuárias são importantes e devem ser valorizadas igualmente. Só quem ganha com esta divisão é quem quer dividir a categoria”, alerta Angela.

Apesar do projeto inicial tratar especificamente sobre a terceirização da inspeção de produtos de origem animal, a mobilização dos fiscais estaduais agropecuários contou com o apoio das diversas categorias de servidores públicos. “A Afagro não estava sozinha nesta luta”, relembra Angela.

## **ISENÇÃO PARA ENFRENTAR A PRESSÃO**

Para exercer a atividade de fiscalização e inspeção com segurança, o profissional necessita de estabilidade e isenção, não podendo existir conflitos de interesses com os fiscalizados. Além disso, também é necessário ter poderes legais, como o de polícia administrativa, o que não é outorgado pelo poder público a profissionais terceirizados. “Sabemos que, para isso, é preciso ter o cargo de fiscal”, pontua Angela. Este foi um dos argumentos apresentados pela associação nos debates realizados em reuniões e audiências públicas.

A servidora lembra que tal defesa não é um desrespeito aos médicos veterinários da iniciativa privada, mas sim uma crítica ao modelo proposto. Na época, o governo inclusive tentou colocar os profissionais da iniciativa privada contra os que atuam no serviço público. Contudo, reafirma a dirigente, não era este o foco da discussão, mas sim a



condição necessária para que a atividade possa ser executada de forma a enfrentar situações que envolvem pressão dentro dos estabelecimentos fiscalizados.

Paraná e Santa Catarina já haviam passado por experiência semelhante e, na época, estavam pressionando para que o Rio Grande do Sul seguisse o mesmo caminho. O objetivo maior era a criação de um bloco dos estados do Sul para pressionar o Ministério da Agricultura a alterar a legislação e aceitar a inspeção privada no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).

## **MOBILIZAÇÃO RENDEU ALTERAÇÕES NA PROPOSTA**

Inicialmente, o projeto protocolado na Assembleia Legislativa previa a terceirização de todas as atividades de inspeção. Os médicos veterinários terceirizados atuavam em frigoríficos, fábricas e entrepostos de derivados cárneos e lácteos, mel e ovos, independentemente do porte dos estabelecimentos. “Conversamos muito com as entidades da agricultura familiar, explicamos os impactos financeiros e tivemos apoio, porque elas não teriam condições de bancar esta inspeção privada, que acabava onerando as empresas menores e prejudicando a sua manutenção dentro do serviço de inspeção”, conta Angela.

A diretoria da Afagro foi enérgica, conversou com todas as bancadas e esteve no gabinete de diversos deputados expondo os riscos e solicitando apoio. A associação fez um



estudo comparando o custo do novo modelo para pequenos e grandes estabelecimentos. “Mostramos que as empresas maiores teriam um benefício com a redução das taxas de inspeção, enquanto as menores teriam um aumento em razão da necessidade de contratação de um profissional privado”, detalha.

A partir desta articulação, alguns parlamentares entraram com emendas elaboradas com base neste debate e a proposta foi sendo modificada. “Essa discussão foi construída pelos fiscais estaduais agropecuários com a agricultura familiar, que também pressionou os deputados”, afirma.

## **APROVAÇÃO DO PROJETO NA ASSEMBLEIA**

Graças à mobilização dos fiscais estaduais agropecuários e dos servidores públicos de outras categorias que se somaram nesta luta, o texto final submetido à votação na Assembleia Legislativa contemplava a terceirização da inspeção apenas para matadouros frigoríficos, ficando de fora os demais estabelecimentos (embutidos, laticínios, mel e ovos). Os matadouros frigoríficos de pequeno porte também foram excluídos da versão final da proposta. Há seis anos, no dia 15 de agosto de 2017, o Projeto de Lei (PL) 125/2017 foi aprovado por 34 votos a favor e 15 contrários.

“Foi uma luta de um mês que teve um certo impacto. Se não fosse a nossa mobilização, hoje, não teríamos nenhuma atividade de inspeção de produtos de origem animal dentro da Secretaria da Agricultura. Se a versão original do projeto ti-



vesse sido aprovada, todas seriam privadas”, avalia Angela. “Fizemos todo o possível para defender a nossa atividade e esse é o papel da associação”, afirma a servidora ao olhar para trás.

A dirigente sindical ressalta que, após a aprovação desta mudança, foi possível perceber que o aumento dos veterinários terceirizados dentro dos matadouros frigoríficos impactou na capacidade de mobilização da categoria, que antes conseguia parar os frigoríficos. “Isso mexia com toda a estrutura da Agricultura em uma greve, por exemplo”.

## **ARTICULAÇÃO GARANTIU MENOR IMPACTO**

“Certamente a luta ajudou muito na manutenção de direitos fundamentais, apesar de muitas vezes ser criminalizada ou diminuída pela imprensa”, avalia o fiscal estadual agropecuário André Mendes Ribeiro Correa, tesoureiro da Afagro, que participou ativamente de todas as etapas da mobilização ao lado de Angela.

O servidor recorda a tristeza de quem esteve à frente da batalha ao perceber que muitos colegas se mostravam alheios ao tema e, algumas vezes, até defendiam a diminuição dos próprios direitos. Entre as memórias desta batalha, André acrescenta ainda que os principais interessados em uma agropecuária forte e organizada defenderam a precarização do serviço oficial, referindo-se a algumas entidades que apoiaram a proposta.

O dirigente também lamenta que, muitas vezes, os servidores que atuam em defesa dos interesses da categoria sejam estigmatizados, embora seja uma luta para garantia do direito de todos. “Quem restará para garantir e lutar por um serviço público de qualidade para quem realmente precisa do serviço público, ou seja, mais de 95% da população?”, questiona.





## CAPÍTULO 7

# FISCAIS ESTADUAIS AGROPECUÁRIOS PARTICIPARAM DE GREVE HISTÓRICA NO RS

Os fiscais estaduais agropecuários fizeram parte de movimento que resultou em uma das maiores greves do funcionalismo estadual, no final de 2019 e início de 2020. Milhares de servidores, da Capital e do Interior, se mantiveram mobilizados por quase um mês contra o parcelamento e o atraso dos salários, situação que teve início no começo do governo José Ivo Sartori (2015-2018) e já se arrastava por quatro anos, e pela reposição das perdas salariais, reivindicação que se mantém até hoje. O objetivo também era tentar barrar o pacote da reforma administrativa do governo Eduardo Leite (2019-2022).

Ao lado de dezenas de sindicatos e associações, a Afagro fez parte desta greve histórica. O movimento foi encampado pelo Cpers, Sintergs, Sindsepe, Sindicaixa, Ugeirm e Sindicato da Polícia Penal do RS. “Foi um momento bem marcante e de muito aprendizado”, lembra o fiscal estadual agropecuário Pablo Fagundes Ataíde, que recém havia sido eleito presidente da Afagro. O servidor ingressou no Estado em 2017 e já recebeu o primeiro salário com atraso, exatamente



na época em que os intervalos entre um pagamento e outro começaram a aumentar.

“Não dava mais para trabalhar sem salário. Defendi que a gente tinha que entrar em greve.” A manifestação de Pablo em defesa da greve já ocorreu em assembleia unificada realizada pelos sindicatos para avaliação da conjuntura e definição dos rumos do movimento. Em um primeiro momento, recorda, foi voto vencido. Isto porque, inicialmente, os servidores aprovaram apenas o indicativo de greve geral.

Onze dias depois, em nova assembleia, a greve foi oficializada, tendo início no dia 26 de novembro até 22 de dezembro, quando foi suspensa e retomada no dia 27 de janeiro, quando o pacote do governo Eduardo Leite entrou na pauta para votação na Assembleia Legislativa.

## **PARALISAÇÃO DOS FISCAIS TEVE GRANDE IMPACTO**

A Afagro teve 45 representantes de 19 regionais do Estado e da central no comando de greve. Mais de 100 inspetorias de defesa agropecuária de todo o Estado tiveram adesão de 100% dos servidores. Na capital e no interior, os fiscais agropecuários fizeram ações lúdicas, como a distribuição de bananas e de maçãs. O objetivo era conversar com a população sobre a situação dos servidores públicos e mostrar a importância da atuação da categoria para a economia e a segurança alimentar.

No que diz respeito às atribuições dos fiscais estaduais agropecuários, a greve suspendeu a emissão das Guias de



Foto: Fernando Dias/Seapi



Fiscais agropecuários tiveram participação expressiva na greve

Trânsito Animal (GTAs) e parou os abates nos frigoríficos. A paralisação resultou ainda na suspensão da emissão das Permissões de Trânsito Vegetal (PTVs) e das Guias de Livre Trânsito (GLT) do Vinho, entre outras atividades.

Levantamento feito pela associação na época estimou que, só na área vegetal, o impacto econômico nos dez primeiros dias de greve foi superior a R\$ 42,3 milhões. O montante referia-se a cargas de maçã, citros, sementes e mudas de flores, por exemplo, além de derivados de uva e vinho transportados a granel, impossibilitadas de serem comercializadas.

O impacto também foi sentido nos frigoríficos. Os estabelecimentos que abatem bovinos tiveram redução de 32,69% no número de animais enviados para o abate. Os de



ovinos registraram queda de 36,22%. Nos dois casos, os números referem-se aos cinco primeiros dias de greve na comparação com os cinco dias anteriores à paralisação.

## CORTE NO PONTO

“Foi uma greve justa, porque estávamos com os salários atrasados. Mas os servidores tiveram o equivalente a um salário de desconto”, lamenta Pablo. O corte do ponto foi um duro golpe para todos os servidores que participaram da greve. Pablo pontua que esta é uma estratégia utilizada pelos governos que defendem o Estado mínimo para desestimular a participação e desmobilizar. “Se usam do discurso de que o Estado está quebrado e, no entanto, não cobram os impostos das empresas que sonégam”, argumenta. “Vão desmanchando o Estado e os serviços para a população em benefício de pequenos grupos”, alerta.

Segundo o servidor, é importante contrapor este discurso. “A gente sabe que as coisas não são bem assim. Os argumentos estão aí, sabemos que o problema é a diferença de tratamento entre quem realmente paga o imposto e realmente é a mão de obra que faz o Estado funcionar, e aquele que sonega o imposto e que não faz seu papel social na distribuição do pagamento dos seus tributos”, ressalta o fiscal. “Nos últimos episódios importantes que tivemos, no Brasil e no Rio Grande do Sul, vimos o quanto o serviço público é necessário e efetivo e faz a diferença no momento da emergência”, disse. Pablo refere-se à pandemia de Covid-19 e ao desastre socioambiental no Vale do Taquari.



Foto: Bruna Karpinski

Greve contra o parcelamento e o atraso dos salários

Os avanços sanitários conquistados pela produção agropecuária também são mérito do serviço público, bem como os ganhos econômicos obtidos pelo agronegócio gaúcho e os que ainda virão com a retirada da vacina da febre aftosa. “Essencialmente, o serviço e o trabalho realizado com excelência é do servidor público da Secretaria da Agricultura, muito bem representada por profissionais extremamente qualificados na condução dos trabalhos com o apoio das cadeias produtivas”, salienta Pablo. O servidor acrescenta, ainda, a contenção do foco de influenza aviária na reserva do Taim em 2023 e todo o trabalho feito todos os anos para a realização da Expointer – maior feira agropecuária a céu aberto da América Latina.



## PACOTE DO GOVERNO SOFREU ALTERAÇÕES

Apesar da grande greve de quase um mês em frente ao Palácio Piratini e à Assembleia Legislativa, na luta contra a desvalorização e o sucateamento do serviço público, o pacote do governo Eduardo Leite acabou sendo aprovado em janeiro de 2020, retirando alguns direitos dos trabalhadores e reduzindo indiretamente a remuneração. Contudo, as perdas foram menores do que seriam se não tivesse ocorrido a mobilização.

A redução da insalubridade era um dos tópicos do projeto original que mais impactava para os fiscais estaduais agropecuários. No entanto, a mobilização do funcionalismo no Estado conseguiu derrubar este item e a insalubridade dos servidores foi mantida em 40% e 20% para médicos veterinários e engenheiros agrônomos.

O parcelamento e o atraso no pagamento dos salários se prolongaram até meados de 2020. Em 2022, Eduardo Leite concedeu apenas 6% de revisão geral. Os servidores seguem sem receber a reposição integral das perdas inflacionárias desde 2014.



## CAPÍTULO 8

### AVANÇOS RECENTES DO SETOR NÃO TROUXERAM VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA

Na história recente dos fiscais estaduais agropecuários, há diversos fatos a serem destacados. Um deles é a evolução do status sanitário em razão da retirada da vacina contra a febre aftosa, avanço que ocorreu em 2020 fruto de um trabalho de mais de 20 anos da categoria em conjunto com as cadeias interessadas, desde os últimos focos da doença registrados em Joia. Na área vegetal, destaca-se o controle da deriva de agrotóxicos como o 2,4-D por meio da identificação do problema e regulamentação da aplicação de produtos hormonais. Estes são dois exemplos dos feitos da fiscalização agropecuária gaúcha na atualidade.

“É um trabalho que foi se edificando e se estruturando com o passar dos anos. Apesar da precarização das condições de trabalho, a capacidade do serviço foi se consolidando”, define o fiscal estadual agropecuário Richard Alves, presidente da Afagro, ao olhar para trás e avaliar a construção que vem sendo feita pelos servidores. Na pandemia, os tra-



Foto: Fernando Dias/Seapi



ESPECIAL #AFACRO20ANOS

Dedicação dos servidores ao longo de duas décadas possibilitou retirada da vacina contra aftosa e evolução do status sanitário

balhadores da Secretaria da Agricultura (Seapi) permaneceram atuando presencialmente por serem atividade essencial, embora isto ainda não tenha sido reconhecido pelo Estado, na prática, por meio da valorização da categoria.

Na avaliação do dirigente, a capacidade desenvolvida para a erradicação da febre aftosa, por exemplo, contribuiu para o controle de outras enfermidades, como a doença de Newcastle, a doença de Aujeszky e a própria influenza aviária. Da mesma forma, o conhecimento adquirido pelos fiscais engenheiros agrônomos com episódios como a deriva do 2,4-D também contribuem para futuras experiências com situações que ainda não foram vivenciadas, como é o caso do greening – doença do citrus presente em Santa Catarina, Uruguai e Argentina.



“A legislação estadual dos agrotóxicos hormonais que a Seapi publicou é única no País. Nenhum outro estado tem algo tão robusto e específico para os produtos hormonais. Somos referência em artigos sobre o tema”, detalha a engenheira agrônoma Michelle Rodrigues, fiscal estadual agropecuária de Dom Pedrito. No final de 2017, a servidora protagonizou a descoberta de casos de deriva do 2,4-D em cultivos sensíveis como a uva na região da Campanha.

Dois anos mais tarde, no final de 2019, na época da greve contra o parcelamento e atraso dos salários, eram altos os índices de notificação de deriva no Estado. “A aplicação do

Foto: Jean Pierre Martins Machado



Michelle Rodrigues atendendo denúncia de deriva



agrotóxico foi suspensa no Rio Grande do Sul por recomendação do Ministério Público. A liberação do uso do produto ficou condicionado ao final da greve dos fiscais”, recorda Michelle.

## REDUÇÃO DO NÚMERO DE INSPETORIAS

O avanço do status sanitário trouxe benefícios para a economia do Estado, como a valorização do rebanho e a melhoria nas condições de exportação. Contudo, esta evolução também trouxe algumas mudanças, como a redução do número de inspetorias de defesa agropecuária para atender algumas exigências de ordem mais burocrática do Ministério da Agricultura (Mapa). Isto porque, na época, havia municípios sem médicos veterinários – ainda não havia sido realizado novo concurso público.

A separação da área animal e vegetal, que antes estavam sob um mesmo guarda-chuva, possibilitando a execução do trabalho com maior foco na saúde única, também impactou na capacidade da fiscalização agropecuária. Em 2021, o decreto nº 55.984, publicado dia 8 de julho, alterou a estrutura básica da Seapi, criando o Departamento de Vigilância e Defesa Sanitária Animal e o Departamento de Defesa Vegetal. “O serviço é único. Esta separação enfraquece a qualidade do trabalho”, afirma Alves.



## PERDA CONSTANTE DE TALENTOS

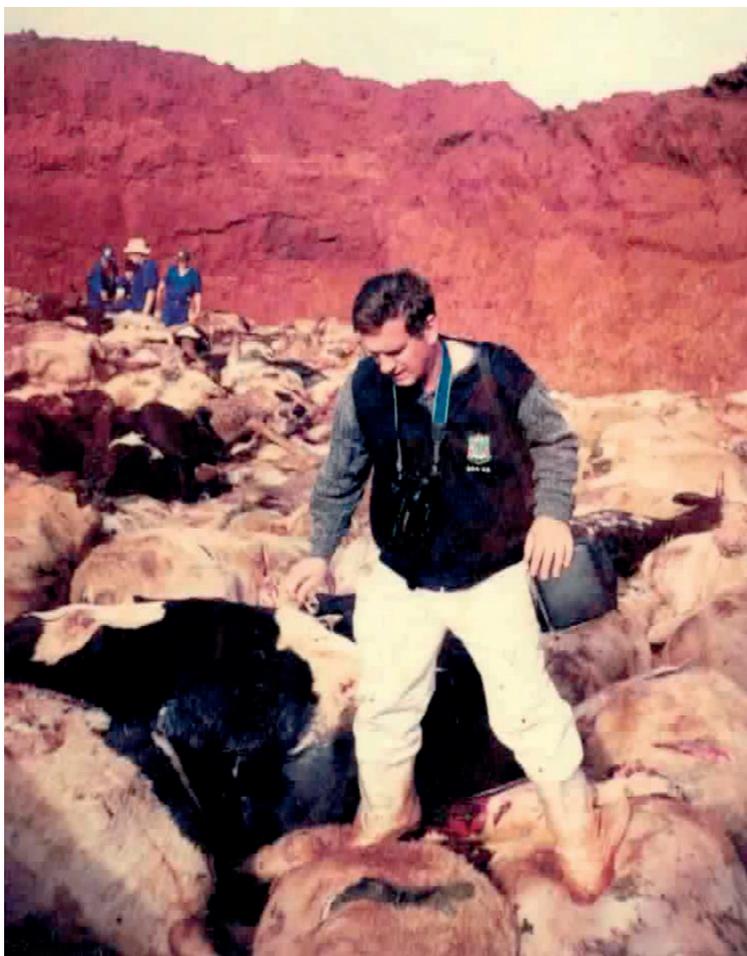
Na sequência desta reestruturação, o governo do Estado realizou concurso público com vagas para diversos cargos, inclusive para fiscal estadual agropecuário. A prova ocorreu em 2022 e, no mesmo ano, foram publicadas as nomeações. Porém, em razão da falta de valorização dos servidores, muitos assumiram e não ficaram por muito tempo na atividade.

Neste mesmo período, cresceu o número de colegas mais antigos que estão abandonando a função porque foram aprovados em outros certames. A perda de direitos nos últimos governos, que adotaram práticas como atraso e parcelamento dos salários, além de não conceder a reposição da inflação, também figura entre os motivos, além da falta de reconhecimento e remuneração adequada.

## RELEMBRE O CASO DE JOIA

Alguns anos antes do evento sanitário em Joia, em 2000, a Secretaria da Agricultura havia demitido diversos extranumerários. Eram tempos de uma política de desmonte do serviço público, semelhante ao que ocorre atualmente. O concurso mais recente havia sido realizado em 1996 e as condições de trabalho estavam bastante precárias.

“A febre aftosa impediu o desmantelamento do serviço e abriu as portas para novos concursos”, relembra o médico veterinário João Luiz Ferrari, um dos colegas que vivenciou o caso de Joia. O técnico lembra que os animais eram contidos



João Luiz Ferrari, médico veterinário que atuou em Joia

pelos técnicos sem o uso de luvas e que somente alguns veterinários tinham botas e macacão.

Na foto, ele e alguns colegas aparecem caminhando entre os animais sacrificados na vala. O objetivo era colocar um



bovino ao lado do outro para caber mais animais e também coletar material biológico para análise. Ferrari lembra que os veterinários que trabalhavam nas valas não iam para a cidade almoçar. Recebiam um lanche para comer no local de trabalho.

O médico veterinário Henrrison Serafini, que atua em Joia, foi um dos contratados após o evento sanitário. Começou a trabalhar no município em 2003, ano de fundação da Afagro, por meio de contrato emergencial e fez o concurso em 2005. No ano seguinte, ingressou no Estado como servidor concursado. “Na época foi bem difícil, pois não tinha nada informatizado, era tudo em papel”, lembra Serafini.

Analisando estas duas décadas de trabalho, o servidor constata que a demanda cresceu significativamente. “O compromisso e a responsabilidade aumentaram muito”, avalia Serafini.



Foto: Arquivo pessoal

Henrrison Serafini atua na inspetoria de defesa agropecuária de Joia desde 2003, ano de fundação da Afagro



# RISCO DE VIDA FAZ PARTE DO DIA A DIA DOS FISCAIS ESTADUAIS AGROPECUÁRIOS

Em 20 anos de história da Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afacro) são inúmeros os relatos de situações embaraçosas e risco de vida no exercício da função e até mesmo no horário de descanso, como veremos nos relatos. Assédios e ameaças fazem parte do dia a dia da categoria. Confira alguns casos vivenciados nas últimas duas décadas e compartilhados por colegas para o Especial #Afacro20Anos.

### **SERVIDOR ESTAVA EM AVIÃO DE COMITIVA QUE CAIU EM LAVOURA DE ARROZ**

“No dia 4 de dezembro de 2008, estava acompanhando uma missão chilena que estava auditando o Rio Grande do Sul para habilitar o Estado para exportar carne bovina para o país andino. Na comitiva, estava eu (Seapi), Bernardo (SFA-RS), Mozar (Mapa-Brasília) e dois auditores chilenos (Andrés e Julio). O roteiro da viagem era Porto Alegre-Uruguaiana-Bagé-Porto Alegre. Como eram apenas dois dias, fizemos



Fotos: Arquivo pessoal/Diego Viali dos Santos



Avião após a queda na lavoura de arroz

o roteiro num avião de pequeno porte (para sete pessoas). Na ida foi tudo bem. No retorno, saímos de Bagé e a previsão era pousar na Capital no final do dia. Ao chegar perto do aeroporto de Porto Alegre, infelizmente, o avião começou a rapidamente perder altitude devido a uma pane seca (que só ficamos sabendo depois) e tentou fazer um pouso de emergência no aeroclube de Eldorado (que também só soubemos depois). Desafortunadamente, devido à falta de combustível, não conseguimos chegar até lá e tivemos um pouso forçado num arrozal que, por sorte divina, foi bem-sucedido e apenas sofremos algumas lesões médias e leves, mas ao final todos ficaram vivos, incluindo o piloto e copiloto. À época, tivemos grande dificuldade para que nos resgatassem do local, já que a comunicação (e localização) não era tão fácil como hoje. O primeiro suporte que tivemos foi do colega da inspetoria de Eldorado, Antônio Carlos de Quadros Ferreira Neto (Cacaio), que após ser acionado pelo diretor do nosso departamento conseguiu identificar o local do incidente e chegou até lá. Fo-



mos resgatados, posteriormente, com ajuda de um helicóptero das forças de segurança e levados ao HPS de Porto Alegre. Tirando um colega chileno (Andrés, que teve lesões mais sérias), os demais sofreram lesões mais brandas, muitas devido ao cinto de segurança e ao impacto durante o pouso. No final de 2023, comemoramos 15 anos do 'renascimento'. Até hoje, mantemos um grupo de WhatsApp com os cinco passageiros daquele voo. Devido ao acidente, criamos uma grande amizade, sempre mantemos contato e esperamos nos encontrar presencialmente no início de 2024."

*Diego Viali dos Santos, ingressou no Estado em 2006, atuava no Serviço de Doenças Vesiculares. Em 2014, tornou-se servidor federal.*



Comitiva no aeroporto de Bagé, antes do acidente



## FISCAL LEVOU UM TIRO NA PERNA AO ABORDAR CAMINHÃO EM BARREIRA

“O fato ocorreu em 20 de outubro de 2005, no interior do município de Porto Xavier, durante uma operação de fiscalização volante, da qual apenas eu e um policial militar fazíamos parte. Observamos se deslocando em nossa direção um pequeno caminhão boiadeiro, com três bovinos na carroceria. O policial sinalizou ao condutor que parasse o veículo, mas o motorista do caminhão não obedeceu e seguiu em frente. Como o trecho da estrada não era pavimentado e apresentava muitas pedras soltas, o que tornaria muito arriscada uma ultrapassagem, optamos por seguir o veículo de uma distância segura, aguardando um momento mais oportuno para abordá-lo. Alguns quilômetros à frente, o caminhão ingressou nas dependências de um matadouro municipal, próximo à cidade. Me aproximei do veículo, já estacionado próximo ao desembarcadouro do estabelecimento, e solicitei ao motorista a nota fiscal e a GTA dos animais, quando então o motorista respondeu: ‘não tenho nada, os animais não são meus, apenas estou transportando’. Conversei com o policial e solicitei que providenciasse, através do rádio comunicador, um reforço policial para conduzirmos o veículo e o condutor até a Delegacia de Polícia de Porto Xavier para efetuarmos o boletim de ocorrência para identificação das partes envolvidas. Foi então que o motorista, já nervoso, falou para o proprietário do matadouro que observava que iria descarregar os animais ali mesmo. O proprietário do matadouro, então, falou ao motorista que não seria possível



e que ele nos acompanhasse. Em seguida, o motorista do caminhão ingressou na cabine do veículo falando ‘já vou resolver isso’... Pegou um revólver calibre 38, desceu da cabine e começou a efetuar disparos em nossa direção. O primeiro disparo passou entre eu e o policial. Deu para ouvir perfeitamente o projétil passando próximo à nossas cabeças. Nisso, o policial sacou seu revólver e revidou. Foram vários tiros disparados. Eu, como não estava armado e não dispunha de colete à prova de balas, corri em direção a traseira do caminhão, procurando me proteger. Nesse momento, senti um leve ardor na perna esquerda e, quando parei, pude observar que havia levado um tiro próximo ao tornozelo, que transfixou. Quando cessaram os tiros, observei que estava chegando, em alta velocidade, um veículo da Brigada Militar, atendendo a solicitação de reforço feita pelo policial que me acompanhava. Passado o susto, me dirigi ao policial que já estava sendo socorrido pelos colegas, pois havia sido baleado na altura do peito, mas como estava de colete, restou apenas um grande hematoma. Não teve a mesma sorte o motorista do caminhão. Passei por muitas situações perigosas durante a minha carreira de fiscal estadual agropecuário, mas este evento, com certeza, jamais esquecerei.”

*Kleber Rogério Palma de Mello, aposentado,  
de Teutônia. Ingressou no Estado em 1996.  
Na época do ocorrido, atuava na inspetoria de Santo Ângelo.*



## **SERVIDORA TEVE CARRO ALVEJADO**

### **NA GARAGEM DE CASA**

“Em março de 2017, por volta da 1h da manhã, ouvi um estrondo muito forte cerca de quatro vezes. Achei que era algo pesado que tinha caído na casa do vizinho. Na manhã seguinte fui trabalhar ainda antes de clarear o dia, saí de casa umas 5h30 da manhã e fui para o frigorífico. Por volta das 8h um funcionário veio me chamar e pediu pra eu levar junto a chave do meu carro, que estava estacionado no pátio interno do frigorífico. Então com o dia já claro foi possível ver três perfurações de bala no meu carro (porta-malas e lanterna traseira). Uma bala estava dentro do porta-malas. O fato ocorreu em Santa Maria do Herval. O frigorífico estava passando por uma troca de gestão e a presença da fiscalização estava “atrapalhando” os “interesses” da nova administração.”

*Claudia Kirst, de Ivoti.*

*Ingressou no Estado em 2014.*

## **FISCAL SOFRE ACIDENTE E ESCAPA DE EXPLOSÃO DE CALDEIRA**

“No mês de julho de 2018, estava temporariamente desempenhando minha atividade em um frigorífico no município de Taquara, que fica cerca de 60 km da minha lotação. Foi quando em uma segunda-feira de muita chuva, já próxima do estabelecimento, sofri um acidente de carro. Na ocasião, fui



socorrida por pessoas que passavam no local. Como eu iria me atrasar para chegar no frigorífico, liguei para o proprietário para comunicar meu atraso, quando fui surpreendida pela informação de que a caldeira do estabelecimento havia explodido, levando dois funcionários a óbito. Se eu não tivesse me acidentado de carro naquele dia, provavelmente também estaria próxima da caldeira no momento da explosão.”

*Raquel Cannavô, de Esteio.  
Ingressou no Estado em 2014.*



ESPECIAL #AFAGRO20ANOS

## LOGOS DA ASSOCIAÇÃO



**Afagro**  
**S**

Associação dos Fiscais Agropecuários  
do Rio Grande do Sul

**Afagro** 

Associação dos Fiscais Agropecuários  
do Rio Grande do Sul

**Associação dos Fiscais Agropecuários do RS (Afagro)  
Gestão 2022/2023**



ESPECIAL #AFAGRO20ANOS

**Diretoria Executiva**

Richard Daniel Soares Alves  
**Presidente**

Aleverson da Silva Barcelos  
**Vice-presidente**

Fátima Miranda D'Avila Pereira  
**Primeira Secretária**

Beatriz Ferreira Scalzilli  
**Segunda Secretária**

André Mendes Ribeiro Corrêa  
**Primeiro Tesoureiro**

Vinícius Grasselli  
**Segundo Tesoureiro**

**Conselho Fiscal**

Claudir Santa Catarina  
Pablo Fagundes Ataíde  
Luis Fernando Martins

**Suplentes do Conselho Fiscal**

Kleiton Douglas Saggin  
Liese de Vargas Pereira

<https://www.afagro.com.br>

Este livro foi confeccionado  
em Open Sans, 10/16.

Em 2023, ano em que completou duas décadas, a Associação dos Fiscais Agropecuários do RS (Afagro) publicou uma série especial de entrevistas e reportagens que contaram a história da entidade. A intenção foi resgatar os fatos marcantes e episódios vivenciados nestes 20 anos de luta por valorização e melhores condições de trabalho para os fiscais estaduais agropecuários, categoria de servidores ligados à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi). Nesta publicação, também foram abordados os principais acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento do setor e da fiscalização agropecuária no Estado. Originalmente criado para ser veiculado no site e redes sociais da associação, o projeto foi transformado neste livro.